



Vivências marcadas pela transfobia: memória e narrativas de discriminação e violência de mulheres trans e travestis

Experiences marked by transphobia: memory and narratives of discrimination and violence by transgender women

*Náila Neves de Jesus*¹
*Rita Maria Radl-Philipp*²

RESUMO

Este trabalho analisou as narrativas de mulheres trans e travestis a respeito das violências vivenciadas em seu cotidiano, a partir da teoria da memória coletiva, e pode inferir que as experiências vividas nos diversos espaços sociais são reconstruídas a partir de marcos sociais da memória pautados na cisheteronormatividade.

PALAVRAS-CHAVE: Violência. Discriminação. Mulheres trans. Travestis. Memória coletiva.

ABSTRACT

This work analysed the narratives of transgender women regarding the violence experienced in their daily lives, from the theory of collective memory, and may infer that the experiences lived in the various social spaces are reconstructed from social frameworks of memory based on cisheteronormativity.

KEYWORDS: Violence. Discrimination. Transgender women. Collective memory.

* * *

Introdução

As mulheres trans e travestis são pessoas que apresentam uma experiência de gênero que rompe com a lógica cisheteronormativa em uma cultura social que prima a heterossexualidade e cisgeneridade (LANZ, 2015). Essas identidades transgressoras fogem à norma heterossexual e em consequência disso, estão passíveis de sofrer interdições e regulações através dos processos de invisibilização, violência

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Memória: linguagem e sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: naila.neves@yahoo.com.br.

² Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professora Titular Catedrática Plena da Universidade de Santiago de Compostela (USC). ritam.radl@usc.es.

estrutural, transfobia e violação dos seus direitos básicos (BITTENCOURT; SANTOS, 2019).

Dentre as diversas vulnerabilidades em que essa população está inserida, a violência é o traço mais marcado da exclusão e intolerância da sociedade a essa identidade gênero divergente. A violência um fenômeno polissêmico, complexo e multifatorial que acarreta uma série de consequências para a vida da vítima. No caso das mulheres trans e travestis, a cultura da violência contra identidades dissidentes reflete na sua experiência social, em diversas nuances, desde a microagressões sutis (violência psicológica, verbal e institucional), até mesmo a violência direta com agressões e em casos mais extremos, os transfeminicídios (PINTO et al., 2020; MORALES, 2020; RIBEIRO et al., 2019).

De acordo com o “Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais” divulgado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), o Brasil ocupa o 1º lugar no ranking dos assassinatos de pessoas trans no mundo. É importante ressaltar que os 175 homicídios foram contra travestis e mulheres transexuais, demonstrando claramente que a identidade de gênero feminina é fragilizada e um determinante para essas mortes (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020). Esse dado ainda pode ser muito maior ao passo que as informações oficiais sobre homicídios de pessoas LGBTI+ são subnotificadas, e os levantamentos realizados se dão a partir de relatórios de associações, grupos de ativistas a partir de notícias publicadas na imprensa brasileira por meio de blogs, noticiários e jornais (MENDES; SILVA, 2020).

Morales (2020) assevera que os transfeminicídios são a última instância mais violenta de um ciclo hostil vivido pelas travestis e mulheres trans decorrente do sistema de poder econômico associado a uma cultura machista, misógina, androcêntrica e transfóbica que se inicia dentro da instituição familiar, perpassando por todos os espaços socialização nos quais essas pessoas estão inseridas. E assim entendendo

“A ação educativa como um processo específico de socialização mediante o qual o “ser biológico” converte-se em “ser social” (Radl-Philipp, 1997, p. 131), a educação e, portanto, a escola é um dos espaços fundamentais para essas experiências de violência em função da pertença de gênero no caso das mulheres trans e travestis.

De outra senda, a constituição da nossa identidade como sujeitos é construída a partir das recordações dos eventos que vivemos em um determinado grupo e das relações entre os indivíduos, sendo difícil pensar na memória sem os elementos sociais. É nesse sentido que a teoria sociológica da memória de Maurice Halbwachs (2004) nos apresenta o ato de recordar a partir de quadros sociais elementares da memória (família, religião, espaço, linguagem e as classes sociais), ainda que é notório precisarmos que as classes sociais são apenas um elemento dos grupos sociais e para o contexto da nossa pesquisa esse é um fato crucial e relevante segundo argumentaremos em relação a educação.

A partir dos marcos sociais da memória é que há a estruturação e localização das memórias do sujeito, sendo impossível, segundo Halbwachs, pensar a memória fora desses quadros elementares. Para este autor, as nossas recordações estão condicionadas a relações que estabelecemos com os grupos de referência e esse processo é um trabalho de refazer, reconstruir as lembranças (BOSI, 1987).

Além disso, as contribuições de Halbwachs para a memória, do ponto de vista coletivo, nos permite compreender sua construção social e cultural através dos grupos aos quais pertencemos, além de lugares, espaços, valores, instituições, tradições, que são moldadas pela sociedade em determinada época (MAGALHÃES, 2016). Este autor foi o primeiro a salientar que nossas concepções do passado são afetadas pelas imagens do presente, sendo essa memória uma reconstrução do passado (COSER, 1992).

Ao relacionarmos as contribuições de Halbwachs ao objeto que estudamos podemos inferir que a violência vivida pelas travestis e

mulheres trans é um fenômeno social com ligação de uma memória coletiva ou de marcos sociais estruturantes e organizadores das recordações dos indivíduos que apresentam caráter de modelos cisheteronormativos, que repelem através da violência em seus mais diversos níveis e praticados em diversas instâncias, a possibilidade da vivência social digna dessas pessoas.

Assim, os marcos da família, da religião, da linguagem e dos grupos sociais como o de classe social reproduzem a cisheteronormatividade como regra absolutamente central para a compreensão do sujeito que culmina no ciscentrismo/heterocentrismo³ enquanto sistema de privilégios outorgados ao sujeito cisgênero e heterossexual em relação a identidades de gênero diversas, como as mulheres trans e as travestis, em espaços e tempos que continuam sobrevivendo historicamente. Por sua vez, o heterocentrismo e o ciscentrismo fundamentam e constituem a base de práticas heterossexistas e cissexistas que culminam em violência extrema contra a população trans (GASPODINI; JESUS, 2020).

Nessa lógica, o presente trabalho objetivou analisar as narrativas de mulheres trans e travestis a respeito das violências vividas nos espaços sociais e bem como em suas interrelações relacionando-as ao aporte teórico da Memória Coletiva e dos Marcos Sociais de Memória de Maurice Halbwachs.

Metodologia

³ De acordo com Jesus (2013, p. 4), o heterocentrismo é um conceito “relacionado a um sistema afetivo e ideológico que impõe a heterossexualidade como superior”, isto é, “um conjunto de crenças sobre a orientação sexual, cuja visão centra a heterossexualidade como superior às outras orientações sexuais” (GASPODINI; JESUS, 2020, p. 39). O ciscentrismo foi apresentado por Gaspodini e Jesus (2020, p. 41) “para representar o conjunto de crenças de superioridade do gênero cisgênero (ou da cisgeneridade) e do sexo cissexual (ou da cissexualidade)”.

Trata-se de um estudo qualitativo que focou na experiência de mulheres trans e travestis acerca das suas memórias e percepções quanto ao acesso a serviços de saúde e práticas de promoção de saúde. Dentro desse estudo, que ainda está em andamento, foi feito um recorte destacando a temática de violência e discriminação, a qual será apresentada aqui nesse trabalho. Como referencial teórico-metodológico utilizamos as contribuições sobre Memória Coletiva de Maurice Halbwachs para sustentar as discussões acerca da temática, segundo já sublinhado.

O conjunto de entrevistadas foi composto por 04 mulheres identificadas a partir de nomes de pedras preciosas - Esmeralda (46 anos), Ametista (51 anos), Jade (46 anos) e rubi (30 anos). As entrevistas semiestruturadas foram realizadas nos meses de janeiro e fevereiro de 2020.

O método de eleição das participantes se deu através de forma mista, por meio da indicação de contatos pela Coordenação Municipal de Políticas LGBT e partir disso se deu a localização das participantes através das redes sociais, e por indicação das próprias entrevistadas a outras. Para aproximação com as entrevistadas, inicialmente fizemos contato com a Coordenação de Políticas LGBT para que intermediasse os encontros. Após a indicação da coordenação, apresentamos a proposta da pesquisa por contato através das redes sociais. Depois de sucessivos contatos, as participantes dispuseram a participar.

Para análise dos resultados partimos da técnica de análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (2016), na modalidade temática (GOMES, 2016). Neste processo encontramos, 03 núcleos de sentido: 1) Violência e discriminação nas instituições; 2) Violência e discriminação no âmbito familiar; 3) Violência e discriminação no contexto das interações sociais. Com base nesses 03 núcleos de sentido, forjamos as seguintes categorias para coleta dos dados empíricos: I – A Violência institucional: preconceito que afasta e mata (núcleo de sentido 1); II – A violência e discriminação na experiência das relações sociais (núcleos de sentido 2 e 3).

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (parecer nº 3.821.210).

Resultados e Discussão

I- Violência institucional: preconceito que afasta e mata

Entende-se por violência institucional “as omissões e negligências para garantir o exercício dos direitos das mulheres” (PAREDES-GUERRERO et al. 2016, p.51) ao acesso a saúde, a justiça ou trabalho. Esse conceito de violência institucional se insere na definição de violência estrutural proposta pelo sociólogo Johan Galtung a partir do triângulo da violência⁴. Ao relacionarmos esses conceitos para a vivência das mulheres trans e travestis, podemos observar que as experiências de violência institucional por muitas vezes caracterizado pela literatura como *Transfobia Institucional*⁵ é presente em suas vivências, ao passo que a discriminação em espaços sociais formais como a escola, repartições públicas e instituições de saúde é frequente nas narrativas das participantes deste estudo.

Desde criança, na minha época chamava de macho fêmea e mariquinha. No pré-escolar, os meninos faziam [bullying]... que a gente estudava numa escola só, então eles faziam uma rodinha e eu ficava no meio e eles: Mariquinha, Mariquinha (Ametista).

Era bem terrível. Eu tive que criar essa estratégia para chegar na escola. Estratégia de sair da escola, né? Tornar o mais invisível possível, porque eu

⁴ Segundo Galtung (1969) a violência se apresenta na sociedade a partir de três dimensões, que conformam para ele um “triângulo da violência”: a direta ou interpessoal que apresenta de maneira direta e visível (a agressão física, por exemplo); a estrutural ou indireta, na qual não há um ator direto, mas que se desenvolve a partir das condições sociais, principalmente, de desigualdade entre os sujeitos sociais. Por fim, a violência cultural, que se baseia em representações e elementos simbólicos sobre os sujeitos (como o conceito de superioridade masculina e das pessoas cisgêneras que se reflete na violência contra mulheres cis e trans).

⁵ A transfobia, de acordo com a pesquisa *Transrespect versus Transphobia Worldwide (TvT)* realizada pela Transgender Europe (2018), é caracterizada como “um espectro de violência, discriminação e atitudes negativas direcionadas a pessoas trans e gênero-diversas, ou pessoas que transgridem ou não estão conformadas nas expectativas e normas sociais relacionadas a gênero. Isso inclui formas institucionalizadas de discriminação, criminalização, patologização e estigmatização que se manifestam de várias maneiras desde a violência física, discurso de ódio, insultos e cobertura de mídia hostil até formas mais difusas de opressão e exclusão social”.

sabia que eu corria risco. As ameaças vinham a todo tempo. Mas eu conseguia vencer, ne? (Ametista).

[...] os rapazes me ameaçavam: “a gente vai te pegar no banheiro”. A minha infância inteira desde o ensino médio, no final, eu nunca tinha entrado em banheiro na escola, nem sabia como era. Eu aprendi a me controlar sim. Eu vinha para casa suando. Mas eu não podia entrar no banheiro (Ametista).

Um dos espaços apontado pela participante como (re)produtor de violências foi a escola, corroborando com estudos que demonstram que o ambiente escolar é um dos locais nos quais as pessoas trans, de modo geral, mais sofrem violência.

Apesar de ser um locus para formação e desenvolvimento social do indivíduo e que deveria celebrar a diversidade e a pluralidade, a instituição escolar reproduz norma de vivência do gênero e sexualidade pautadas nas visões heteronormativas, onde a possibilidade dos corpos se restringe a experiência heterossexual e cisgênera em que deve apenas aceitar a definição homem-pênis e mulher-vagina, relegando a corpos que rompem essa norma, a abjeção, marginalização e exclusão (BENTO; XAVIER; SARAT, 2020; BUTLER, 2000).

O espaço escolar se torna para essas sujeitas um espaço em que a violência se inicia por meio simbólico, ao passo que o sistema educativo ainda difunde conceitos baseados na dominação masculina e no enfraquecimento das identidades de gênero femininas. Esses conteúdos também perpassam um conjunto de valores que reforçam a cisheteronormatividade sendo que a violência vivida pelas mulheres trans e travestis é um “resultado da interação de mudanças de representações culturais, experiência social e subjetividade individual (SOUZA et al., 2015).

De acordo com Ribeiro et al. (2019, p.30) a família e a escola são instituições que marcam a trajetória de transição e constituição da identidade de gênero das pessoas, inclusive, das mulheres trans e travestis, e que o modo como essas instituições lidam com as questões de gênero podem ser ou não “elemento gerador de violências.” As trajetórias das

mulheres trans no ambiente escolar é marcado pela hostilidade, pois “os espaços educacionais de nível superior, assim como espaço escolar, negligenciam e ocultam as identidades e discussões acerca das sexualidades, contribuindo com o fortalecimento do processo de abjeção de corpos”, assevera Jessyka Rodrigues, mulher travesti em seu livro sobre a sua vivência no ambiente escolar (RODRIGUES, 2020, p.26).

A dificuldade das pessoas trans de se manter na escola em vista da fragilidade no acolhimento das demandas desde ao respeito ao uso do nome social, acesso ao banheiro e o combate as violências cotidianas por partes dos colegas e professores, aliado muitas vezes a expulsão dos lares contribui para o agravamento da marginalização e exclusão dessas pessoas, sobretudo, do mercado de trabalho e de ambientes de formação superior, tendo sempre como saída a prostituição como o único meio viável de sustento (BONASSI et al., 2015).

Nesse contexto de prostituição, as travestis e transexuais se tornam alvo da violência perpetrada não apenas por possíveis clientes ou por outras pessoas, mas também pela polícia (SILVA et al., 2016). Nesse sentido, uma das participantes menciona a experiência na cidade e sua relação com as instâncias policiais.

Ah bem violenta, sabe? Muitos casos de violência que eu já passei, tudo mais...infinitos casos. Não tem como nem contar quantos foram. Idas e voltas na delegacia e as violências não param. São... são... um des... é um desrespeito, né? (Rubi).

Apesar de ser uma instituição criada para amenizar ou erradicar o sofrimento causado pela violência, a delegacia falha nesta função, intensificando esse processo, provocando o silenciamento das travestis e transexuais sob duas formas: através da desvalorização de suas queixas, sempre colocando essas pessoas como agressoras e violentas, embora sejam vítimas ou pelas constantes formas de discriminação e pelo desencorajamento dessas pessoas de fazer a denúncia, visto que sempre são tratadas com muita animosidade (SOUZA et al., 2015).

Esse tratamento hostil e discriminatório é também observado nos serviços de saúde, que se soma a máquina institucional onde segue a reprodução das violências. A transfobia institucional nos serviços de saúde é apontada como um dos principais motivos que fazem as pessoas trans se distanciarem da assistência e que implica ao seu acesso efetivo à saúde (ROCON et al., 2020). A violência percebida na atenção dispensada pelos serviços de saúde se revela nas falas das participantes, principalmente no desrespeito ao uso do nome social e no evidente despreparo dos profissionais de saúde em fornecer acolhimento adequado as essas pessoas.

Eu conversei com a minha irmã sobre a dificuldade que é para fazer exame, para dar o nome em qualquer lugar. O medo de estar no lugar e dar uma ficha e vai chamar pelo nome. Eu levantava correndo lá no banco, cansei de fazer isso. “Pelo amor de Deus, não chama o nome da identidade não que era esse nome aqui.” Por conta do constrangimento. (Ametista)

Esses hospitais particulares, às vezes, eu chegava e aí eu falava assim: “Olha, meu nome é esse da carteira de identidade, mas eu sou uma mulher transexual e gostaria de ser chamada por tal nome”. E aí: “Ah, mas a gente não pode”. Falei: “Não pode por que?” Se é o meu direito, porque esse é o meu nome social, até então era social antes de virar civil. “Ah, mas é porque a gente vai ter que colocar o nome”, falei: “Meu amor, a questão não é o nome, a questão é a numeração. Se a numeração é a mesma, o nome é uma coisa que pouco importa”. Então, assim, quando me chamaram, me chamaram pelo nome masculino e aí eu ficava constrangida, por várias vezes eu ficava constrangida. (Esmeralda)

E... e... a minha... e a minha consul... eu já parti... já fiz muitas... passeios... no consultório de endocrinologista. Mas mesmo os endocrinologistas, não tinha conhecimento pra poder me ...Me informar. Eles me jogavam. “Ah você vai ter que ir pro Rio de Janeiro, pra São Paulo, pra Salvador, porque aqui não têm”. Eu fui pra Salvador, não achei também. Embora me contaram que em Salvador tá tendo um ambulatório... (Rubi)

A garantia do uso do nome social de pessoas trans e travestis é pautado pela Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT) como um de seus objetivos específicos alinhado com a Carta dos Direitos dos Usuários de Saúde (Portaria nº 1.820/2009).

Ademais, o nome escolhido pelas mulheres trans e travestis faz parte do seu processo de readaptação de gênero, ao passo que esse nome carrega símbolos de feminilidade atrelados a constituição de sua identidade de gênero (SILVA et al., 2017). Entretanto, é constante observar nas experiências de acesso aos serviços de saúde das pessoas trans e travestis o desrespeito delas como pessoas que significa a violação desse seu direito de serem reconhecidas e chamadas pelos nomes que corresponde a sua identidade.

Ainda sobre a dificuldade de acesso aos serviços de saúde, Rubi mencionou sobre o desconhecimento dos profissionais de saúde a respeito dos cuidados voltados as necessidades das mulheres trans e travestis, sobretudo, relacionadas a modificações corporais. Essa fragilidade no conhecimento tem sua gênese na base curricular de formação em saúde sem especialização desses profissionais que se revela ainda totalmente cisheterocentrada, biomédica e hospitalocêntrica⁶, não contemplando em suas grades o enfoque de gênero e sexualidade e tampouco o estudo da PNSI-LGBT (NEGREIROS et al., 2019).

Ademais, o despreparo dos profissionais de saúde juntamente com condutas discriminatórias repercute não só na falta de resolutividade, mas também provoca a evasão dessas indivíduos dos serviços de saúde tanto públicos quanto privados (SOUZA et al., 2015) Conseqüentemente, essas pessoas apresentam desfechos negativos em saúde, buscando assistência apenas quando estão em quadros mais avançados de adoecimento como aponta o relato de Rubi:

⁶ Modelo assistencial também chamado de previdenciário-privatista, no qual a característica principal se dá pela visão mecanicista do processo saúde-doença e foco da atenção sobre a doença e o indivíduo, onde as intervenções se concentravam no ambiente hospitalar em uma perspectiva médico-curativa. Nesse sentido, o trabalho médico e o currículo de formação dos profissionais de saúde foram construídos sob a fragmentação e hierarquização do processo de trabalho em saúde e da proliferação das especialidades médicas (MATTA; MOROSINI, 2009).

[...] Então às vezes só quando os quadros tão mais avançados, eu vou, né? Já evito constrangimento tipo, por exemplo, eu tenho plano de saúde, mas mesmo plano de saúde eu já evito, né? Ir pra aquele ambiente médico, todo mundo vai me olhar daquela forma, né? (Rubi)

Além do agravamento a saúde, é comum que as mulheres trans e travestis recorram a automedicação e no caso mais estrito das modificações corporais, a procura pelas “bombadeiras”, que são travestis mais velhas que adquiriram experiência na hormonização e injeção de silicone industrial, em razão da desassistência e escassez de serviços e profissionais que sabem ofertar cuidados trans-específicos (KRÜGER et al., 2019; SOUZA et al., 2015).

Articulando os relatos das participantes com a teoria de Halbwachs, podemos inferir que os espaços sociais aqui evidenciados (escola, serviços de saúde, instâncias policiais) reproduzem valores morais, tradições e percepções fundamentadas na rejeição dessas mulheres trans. Bittencourt (2019) ratifica a relevância atribuída a escola sendo um espaço essencial para socialização das pessoas desde a infância e conseqüentemente, um lugar fulcral para o processo de recordação. A escola bem como a instituição policial e os serviços de saúde são regidos de modo coercitivo pelos marcos sociais da memória citados por Halbwachs, sobretudo, a religião, a família e a classe social (BITTENCOURT, 2019; HALBWACHS 2004), e nesse caso mais concretamente dos grupos sociais que incluem de forma particular a escola.

Cabe destacar o papel da linguagem como um marco elementar da memória. Percebemos através das narrativas a hostilidade com as quais essas pessoas são tratadas durante toda a sua trajetória de convivência social. As ofensas verbais sofridas, sempre relegam ao tom de subalternidade da identidade feminina. Quando Ametista comenta que era chamada de “Mariquinha”, “Viado” pelos seus colegas da escola antes mesmo de ser identificar como uma pessoa trans nos mostra o quão o lugar feminino é moralmente discriminado.

Outrossim, esse entendimento da fragilidade feminina expressada pela participante desde a sua infância seria a base que explica a violência sofrida por ela e por outros colegas, o que nada mais é do que uma memória coletiva na qual a predominância do papel patriarcal masculino e sua consequente perpetuação da violência contra as mulheres ou de pessoas que expressam signos de feminilidade ou identidade fragilizada.

A partir do que foi visto, a violência institucional age nas vidas das travestis e transexuais em diversas esferas, de forma sutil, muitas vezes utilizando da violência simbólica, conforme conceituado por Bourdieu (2019), perpetuando uma memória coletiva estruturada e organizada a partir de marcos sociais da memória que apresentam caráter cisheteronormativo, onde identidades e corpos que não estão inseridos na inteligibilidade heterossexual de gênero tendem a ser marginalizados e excluídos. A influência coercitiva desses marcos sociais da memória também se revela nas relações do indivíduo, ao passo que eles também são elementos constituintes da sociabilidade humana como poderemos analisar no próximo tópico com o núcleo de sentido II.

II- A violência e discriminação na experiência das relações sociais

Nesse tópico, abordaremos sobre como as marcas da violência e discriminação aparecem nos contextos de relações sociais familiares, amorosas e nas vivências no espaço urbano das mulheres trans e travestis desse estudo. A primeira esfera de socialização dos indivíduos é a unidade familiar. A partir das narrativas das entrevistadas, é na família nuclear que se inicia o processo de violência de forma física, verbal e psicológica.

Nunca deixou um irmão meu bater em mim. Quando alguém falava vou bater para você virar homem. Ela [a mãe] falou: vai bater nos seus filhos. Bate, encosta para você ver. Então, ela foi uma mulher muito guerreira. (Ametista)

Esses dias apareceu uma filha do meu pai e minha irmã começou a chamar todo mundo para ir conhecê-la. E minha irmã falou: olha, está vindo um aí

que é diferente de nós. E ela: como assim? É uma trans. Essa irmã ficou louca. “Eu não admito isso. Eu fui criada em um convento” (Ametista).

Chega um momento que meu pai chegou: “Você virou um travesti?”, eu falei bem assim: “Eu não virei um travesti, eu apenas estou voltando a ser o que eu sempre quis ser, você tá entendendo? Eu tô mostrando, colocando pra fora o que minha alma é por dentro”. Ele: “Você se tornou um lixo, uma maldição pra nossa família. [...] Ah, mas você virou uma espécie de um ser abominável, é isso não é de Deus” (Esmeralda).

Os relatos mostram que a partir do momento em que as travestis e transexuais passam assumir sua feminilidade e a identidade travesti ou transexual é que começam os insultos e agressões. Essa percepção também surge nos trabalhos de Souza et al. (2015) e Ribeiro et al. (2019) nos quais, algumas participantes relatam que ao tomarem consciência da sua identidade de gênero e “saírem do armário”, é que surge os conflitos familiares e os episódios de humilhação, agressão física e até a expulsão do lar. Vale ressaltar, que assumir a transgeneridade está condicionado ou não a ser gerador de violência (RIBEIRO et al., 2019).

No caso das nossas entrevistadas, não foi mencionado violência física perpetrada pelos familiares. Percebemos que durante as entrevistas, alguns participantes pareciam omitir ou evitar falar sobre o seu contexto familiar, principalmente, sobre os casos de agressões físicas. Verbalizar sobre as marcas das violências familiares torna-se extremamente delicado para essas pessoas, principalmente devido ao desamparo e a falta de apoio da sua família. Paralelamente, algumas entrevistadas comentam ser apoiadas e esteadas especialmente pelas suas mães.

Outro dado relevante é a repercussão do marco da religião nas narrativas das participantes. Percebe-se que duas das participantes dizem ser oriundas de uma família religiosa e isso surge nas suas falas como um componente não só de sua formação, mas também um condicionante de aceitação ou não pelos membros familiares. A família é a primeira referência social que nós temos para a construção de nossos valores, comportamentos e normas sociais (OLIVEIRA, 2020). Usualmente, os marcos sociais da religião e da família são basilares para a formação cultural dos sujeitos.

A partir do que apreendemos com os familiares e com as crenças religiosas, formamos nossas opiniões e conceitos a respeito do mundo. É notório que a religião e seus dogmas, ritos e crenças exercem grande influência nos comportamentos sociais e morais que são admitidos, estabelecendo normas e valores a partir do que está escrito na Bíblia, regulando assim, as práticas sociais. Usualmente, tais instituições reforçam a heterossexualidade e a cisgeneridade como única forma legítima de viver a sexualidade e o gênero. Sendo assim, as sexualidades e identidades transgressoras são censuradas a partir de um discurso de salvação e culpa do sujeito (LONGARAY; RIBEIRO, 2015).

Outro ponto que foi percebido nas entrevistas foi a violência vivida nos espaços urbanos ou em espaços de contato ou relações sociais (bares, restaurantes, shows etc.) e no ambiente de trabalho. Além disso, todas as participantes relataram ter sofrido um ou mais tipos de violência, desde as mais imperceptíveis até a violência direta como agressões, violência sexual e tentativas de homicídios. Os agentes causadores dessas agressões são múltiplos: familiares, colegas de trabalho, parceiros e desconhecidos, dados que são encontrados também no estudo de Silva et al. (2016).

Nessa época, eu passei por uma violência muito grande. Praticamente, eu morri e voltei. Eu falo assim que todos os meus colegas que morreram, mas eu dei um beijo na morte. A pessoa que agiu com violência comigo, ele só parou quando ele achou que eu tinha morrido (Ametista).

Na escola, [ambiente de trabalho] eu ainda tenho assim barreiras. Tenho um professor, ele é muito machista. Ele não conversa comigo. Eu tive que começar a ameaçar a levar para justiça. Devido aos comentários na minha vista, ao preconceito, a discriminação. Então, quando eu comecei a falar que eu iria tomar providências, ele começou a baixar a bola (Ametista).

Olha, eu já tive muita experiência negativa. Aliás, ainda tenho, não vou mentir (Esmeralda).

Só que depois eu descobri que o homem era louco, psicopata. (-risos) fiquei seis anos com essa criatura. Essa criatura quase que me mata. E aí separei, até hoje estou sendo perseguida por ele (Esmeralda).

Tive uma experiência negativa que eu falei, da tentativa de homicídio que eu sofri, mas, passei por cima disso de boa. A pessoa está por aí, os irmãos e

irmãs conheço, conheço a família toda. Eu não denunciei, não fiz nada (Jade).

Enfim, eu acho que é sempre uma situação de rejeição, né? Com a identidade da gente, as pessoas não se sentem confortáveis com a presença da gente. Parece que a gente... a gente tá sempre... sendo um objeto estranho naquele ambiente, né? É como se a gente não pertencesse ali, né? E por não pertencer, sempre vem comportamentos que... que fazem com que a gente evada, evasão dos locais, né? Locais onde as famílias frequentam, né? Nós somos uma afronta. Claro em todos os lugares, até lugares que cê tá pagando mesmo, as pessoas ainda têm dificuldade de... de aceitar seu estar ali, enquanto ser social (Rubi).

Nos chamou atenção o fato das participantes, exprimirem em suas falas o quão corriqueiras são as violências e até mesmo naturalizadas em vista da frequência com que vivem esse cotidiano hostil durante as suas trajetórias de vida. Isso se dá por que a violência, na vida das mulheres trans e travestis, é um “fenômeno que ocorre não em momentos excepcionais, mas, como parte constituinte das vidas – a violência como fenômeno ubíquo, perpassando diversas esferas da vida das travestis” (SOUZA et al., 2015, p.770)

Algumas considerações

Dado o exposto, podemos afirmar que as diversas formas de violência vividas pelas travestis e mulheres trans participantes desse estudo, impactam diretamente nas suas experiências sociais, desde a ruptura com o núcleo familiar, até no acesso as instituições escolares e serviços de saúde. Enquanto espaços que deveriam acolher e respeitar as diversidades, estes ambientes supracitados reproduzem e perpetuam o ciclo de violência através da violação dos seus direitos.

Precisamente, é percebido essas pessoas vivem rotineiramente a hostilização desde meios mais sutis até a violência direta, não só perpetrada por agentes conhecidos (familiares, parceiros), mas também por pessoas que não fazem parte do seu convívio social (profissionais de saúde, policiais e agressores desconhecidos). Essas violências cotidianas podem ser explicadas através da condição de inferioridade relegada as identidades femininas a

partir de conceitos de superioridade da figura masculina a partir de marcos que privilegiam esses valores.

No caso específico, das mulheres trans e travestis, as violências seguem essa pauta citada da subalternidade feminina; mais além disso, os valores, tradições e crenças arraigados nos marcos elementares da memória fundamentadas na cisheteronormatividade, excluindo e marginalizando identidades de gênero percebidas como dissidentes e diferentes no caso das mulheres trans e travestis, o que pode explicar a tamanha violência vivida por elas.

O quadro de violência vivido e o sofrimento pessoal e social associado a ele, bem como os dados alarmantes do aumento dos transfeminicídios, principalmente aqui no Brasil que assegura o ranking de assassinatos de mulheres e travestis, sugere que precisamos não só trabalhar na melhoria e implementação de políticas públicas efetivas para segurança, mas também trabalhar com a formação social dos sujeitos desde a escola, para o respeito a diversidade sexual e de gênero.

Além disso, é necessário problematizarmos a formação dos profissionais das instituições (escola, serviços de saúde e instâncias policiais etc.) para o acolhimento das demandas das travestis e trans bem como o enfrentamento da discriminação e preconceito nessas instâncias, a fim de que possamos minimizar as situações de violência para essas pessoas, promover a dignidade e celebrar a efetivação dos seus direitos humanos.

Referências

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. *Dossiê Assassinatos e Violência contra Travestis e Transexuais brasileiras em 2020*. [S.l.: s.n.], 2020. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2020/11/boletim-5-2020-assassinatos-antra.pdf>.

BENTO, N. M. de J.; XAVIER, N. R.; SARAT, M. Escola e infância: a transfobia lembrada*. *Cadernos Pagu*, n. 59, 2020.

BITTENCOURT, K.A. Os marcos sociais da memória e a experiência da transexualidade. *Anais...* 4º Seminário Internacional Desfazendo Gênero. 2019. Disponível em:

https://editorarealize.com.br/revistas/desfazendo_genero/trabalhos/TRABALHO_E_V129_MD1_SA34_ID362_07102019135639.pdf. Acesso em: 10.mar.2021.

BITTENCOURT, K. A; SANTOS, J.F.D As narrativas das mulheres trans sobre o mundo da prostituição na Bahia-Brasil. In: RADL-PHILIPP, R; VÁZQUEZ, M.B.G (Org.). *Formas extremas de violência contra las mujeres: Escenarios de prostitución, violencia y explotación sexual*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, Servizio de Publicacións e Intercambio Científico. 2019. 143p.

BONASSI, B.C et al. Vulnerabilidades mapeadas, Violências localizadas: Experiências de pessoas travestis e transexuais no Brasil. *Quaderns de Psicologia*, v. 17, n. 3, p. 83–98, 2015.

BOSI, E. *Memória e sociedade: lembrança dos velhos*. 2ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

BOURDIEU, P. A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2019. 207p.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, G. L. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

COHEN, C. J. “Punks, bulldaggers, and welfare queens: the radical potential of queer politics?” In: *GLQ - A Journal of lesbian & gay studies*, Vol. 3. Canada: Overseas Publishers Association, 1997, p. 437-465.

COSER, L. A. The revival of the sociology of culture: The case of collective memory. *Sociological Forum*, v. 7, n. 2, p. 365–373, 1992.

GASPODINI, I. B.; JESUS, J. G. de. Heterocentrismo e ciscentrismo: Crenças de superioridade sobre orientação sexual, sexo e gênero. *Revista Universo Psi*, v. 1, n. 2, p. 33–51, 2020. Disponível em: <http://seer.faccat.br/index.php/psi/article/view/1771/1131>.

HALBWACHS, M. *Los Marcos Sociales de la memoria*. Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial, 431 p., 2004.

GALTUNG, J. Violence, Peace and Peace Research. *Journal of Peace Research*, v.6, n.3, p.167-191, 1969.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M.C.S (Org.) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, Rj: Vozes, 2016.

KRÜGER, A. et al. Characteristics of hormone use by travestis and transgender women of the Brazilian federal district. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 22, n. Suppl 1, p. 1–13, 2019.

LANZ, L. O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros. Curitiba: Transgente, 2015. 446 p.

LONGARAY, D. A.; RIBEIRO, P. R. C. Espaços educativos e produção das subjetividades gays, travestis e transexuais. *Revista Brasileira de Educação*, v. 20, n. 62, p. 723–747, 2015.

MAGALHÃES, L.D.R. História, Memória e a educação: relações consensuais e contraditórias. *Revista HISTEDBR on-line*, nº 67, p.165-174, 2016.

MENDES, W.G; SILVA, C.M.F.P. Homicídios da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, (LGBT) no Brasil: uma análise espacial. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.25, n.5, p.1709-1722, 2020.

MORALES, A. V. Transfemicides: Mexico Case 2019. *Revista Sexología y Sociedad*, v. 26, n. 1, p. 70–82, 2020.

NEGREIROS, F. R. N., et al. Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais: da Formação Médica à Atuação Profissional. *Revista Brasileira de educação médica*, v.43, n..1, p. 23 – 31, 2019.

OLIVEIRA, M.C.S. *O feminismo acadêmico do jornal Mulherio na construção de uma memória contra o androcentrismo*. 2020. 143 f. Dissertação (Mestrado em Memória: linguagem e sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS. Vitória da Conquista, 2020.

PAREDES-GUERRERO, L.J. et al. La violencia de género contra las mujeres en Yucatán. *Revista LiminaR. Estudios Sociales y Humanísticos*, v.14, n.2, p.45-56, 2016.

PINTO, I. V. et al. Profile of notification of violence against lesbiangay, bisexual, transvestite and transsexual people recorded in the national information system on notifiable diseases, Brazil, 2015-201. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 23, p. 1–13, 2020.

RADL PHILIPP, R.: “Aspectos socioestructurales condicionantes de la acción educativa”. In: BRUNET ICART, I.: V Conferencia de Sociología de la Educación, Tarragona, p. 131-142, 1997.

RADL PHILIPP, R.: “Condições estruturais, educação e dinâmica de comunicação. Uma perspectiva teórico interaccionista sobre o sujeito no contexto educativo”, *Perspectivas em diálogo Revista de educação e sociedade (pd)*, v. jul-dez., p. 59-71. 2014.

RIBEIRO, L. et al. «Nós sofremos violência todo dia!»: representações sociais e vivências de violência para pessoas transgêneras. *IQual. Revista de Gênero e Igualdad*, p. 22–40, 2019.

ROCON, P.C et al. Acesso à saúde pela população trans no Brasil: nas entrelinhas da revisão integrativa. *Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro*, v.18, n.1, p.1-18, 2020

RODRIGUES, J. *Sem rótulos, por favor! : gênero e sexualidade em ambientes educacionais*. 1ed. Porto Alegre, RS: Nova Práxis Editorial. 88p. 2020.

SILVA, L. K. M. et al. Uso do nome social no Sistema Único: De Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais. *Physis*, v. 27, n. 3, p. 835–846, 2017.

SILVA, G.W.S. et al. Situações de violência contra travestis e transexuais em um município do nordeste brasileiro. *Rev.Gaúcha Enferm*, v.37,n.2, p.1-7, 2016.
SOUZA, M. H. T. et al. Violência e sofrimento social no itinerário de travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. *Cadernos de Saude Pública*, v. 31, n. 4, p. 767–776, 2015.

TRANSGENDER EUROPE. Perspectivas Globais em saúde e bem-estar: relatório comunitário TvT. v.20. 2018. Acesso em: 12.mar.2021. Disponível em: https://transrespect.org/wp-content/uploads/2018/12/TvT-PS-Vol20-2018_PT.pdf.

VERGUEIRO, V. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. In: MESSEDER, S; CASTRO, M.G; MOUTINHO, L. *Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero*. Salvador: EDUFBA. 2016. 321p.

Recebido em janeiro de 2022.
Aprovado em julho de 2022.